

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência

2



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência

2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof.ª Dr.ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof.ª Dr.ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof.ª Dr.ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof.ª Dr.ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.ª Dr.ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof.ª Dr.ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof.ª Dr.ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof.ª Dr.ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Da dos Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0011-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.110222303>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o Ebook “Desafios das Ciências Sociais Aplicadas no Desenvolvimento da Ciência”. Com um total de trinta e dois artigos organizados em dois volumes que congregam pesquisas relacionadas a cinco temáticas principais.

No volume 1: Políticas Públicas; Política de educação e práticas relacionadas a atuação do serviço social. No volume 2: O mundo do trabalho e geração de renda e Comunicação, tecnologia e inovação.

As pesquisas mostram-se contemporâneas e relevantes diante dos desafios identificados para a vida em sociedade, pautando temáticas como a pandemia, as relações trabalhistas, estratégias de inovação para fortalecimento da cidadania, enfrentamento as situações de pobreza, violência, aspectos territoriais, consumo, comunicação, reformas trabalhistas e previdenciárias.

Para além da importância das temáticas abordadas, o Ebook pauta o desafio da ciência na abordagem de dimensões bastante complexas que exigem rigor teórico e metodológico para a realização de análises do tempo presente, mas além disto, um tempo permeado por turbulências e inquietações que tornam a pesquisa nas Ciências Sociais ainda mais necessária.

As dimensões das pesquisas que compõem os dois volumes do Ebook apresentam correlação entre si, possibilitando um olhar mais integral e contextualizado dos elementos que implicam nos diferentes fenômenos estudados.

Ressaltar este aspecto mostra-se necessário diante dos objetivos do desenvolvimento de pesquisas nas Ciências Sociais, dentre as quais identifica-se o reconhecimento das diferentes características das relações sociais instituídas, desafios e problemas expressos e possibilidades de identificação de estratégias que venham a atender as necessidades existentes. Estes elementos, não de forma linear, mostram-se presentes no desafio e na necessidade de se fazer ciência através das Ciências Sociais.

Desejo uma ótima leitura a todas e a todos, e que estes artigos possam inspirar e contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e para o desvelamento das diferentes nuances da vida em sociedade.


Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TENDÊNCIA DO CRESCIMENTO DO VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL NOS ESCRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO


Paulo André de Oliveira
Sergio Augusto Rodrigues
Carlos Roberto Padovani
Ricardo Ghantous Cervi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223031>

CAPÍTULO 2..... 9

O POTENCIAL DE ECONOMIA NO MERCADO LIVRE DE ENERGIA BRASILEIRO PARA DIFERENTES CONSUMIDORES E DISTRIBUIDORAS

Bruno Rodrigues Fernandes Franciscato
Lumila Souza Girioli Camargo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223032>

CAPÍTULO 3..... 38

CONSTRUINDO UMA ECONOMIA SOLIDARIA E INCLUSIVA E UMA TRAJETÓRIA CONSTITUTIVA DO BEM VIVER: EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES


Tania Cristina Teixeira
Emmanuele Araújo da Silveira
Karen Munhoz de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223033>

CAPÍTULO 4..... 59

UMA ADAPTAÇÃO DA TÉCNICA FREINET PARA AVALIAÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO


Silvia Grizafis Ferreira
Vilmara Sabim Dechandt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223034>

CAPÍTULO 5..... 72

PRECARIEDAD Y PROFESIÓN DEL MERCADO LABORAL DEL TRABAJADOR SOCIAL EN EL ESTADO DE HIDALGO 2005-2012

Carlos Martínez Padilla







 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223035>

CAPÍTULO 6..... 88

FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E DURAÇÃO DE CRISES: UMA ANÁLISE DE PAÍSES SELECIONADOS


Alex Gomes Estevam

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223036>

CAPÍTULO 7	106
PÓS-DEMOCRACIA, REFORMA TRABALHISTA E A LIMITAÇÃO À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO CRÍTICA E PONTUAL	
Maria Soledade Soares Cruzes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223037	
CAPÍTULO 8	120
PLANO DE NEGÓCIOS COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NA SOLIDEZ DO MERCADO	
Aline Camargo Iara Sônia Marchioretto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223038	
CAPÍTULO 9	130
PREFERÊNCIA PELA REMUNERAÇÃO POR DESEMPENHO: ANTECEDENTES E CONSEQUENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO	
Leonardo Quintas Rocha Bruno Felix Von Borell de Araujo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223039	
CAPÍTULO 10	153
A PERDA DO DIREITO DE ADOECER: O TRABALHADOR FRENTE AO DESMONTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo Tássia Cristina Palma Sampaio Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230310	
CAPÍTULO 11	162
ACIDENTES, MORTES E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM UMA EMPRESA DE ELETRICIDADE: O CASO DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA CEMIG	
Igor Silva Figueiredo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230311	
CAPÍTULO 12	173
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO E O PAPEL DOS ATORES POLÍTICOS: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS	
Danielle de Araújo Bispo Hironobu Sano Elisabete Stradiotto Siqueira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230312	
CAPÍTULO 13	190
RELATO DE EXPERIÊNCIA QUANTO AO PROJETO DE EXTENSÃO: “A REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA COMO REFLEXO DO IMAGINÁRIO SOCIAL DOS CENTROS URBANOS”	
Maria de Lourdes Vieira Frujeri	

Patrícia Bárbara Sousa da Silva

Patrícia Albuquerque de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230313>

CAPÍTULO 14..... 214

TRANSPORTE ALTERNATIVO NO RIO DE JANEIRO: UMA ESTRATÉGIA DE CONTORNAMENTO TERRITORIAL

Leonardo Oliveira Muniz da Silva

Giovani Manso Ávila

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230314>


CAPÍTULO 15..... 226

O IMPACTO GERADO NOS CONSUMIDORES PELA SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES NO CONTEXTO ONLINE: UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA

Danieli Hermes Rodrigues

Ana Rita Catelan Callegaro

Rosane Maria Seibert


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230315>

CAPÍTULO 16..... 235

IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NOS EMPREGOS E O FUTURO DO TRABALHO PÓS ERA COVID

Euriam Barros de Araújo

Zulmara Virginia de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230316>

CAPÍTULO 17..... 246

A INTELIGENCIA ARTIFICIAL COMO AUXILIAR DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA E MONITORAMENTO NO PROGRAMA DE COMPLIANCE

Lara Regina Morais Evangelista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230317>

CAPÍTULO 18..... 256

ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EJA EM BIBLIOTECAS

Valdirene Pereira da Conceição

Maurício José Morais Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230318>

CAPÍTULO 19..... 262

ESTUDO EXPLORATÓRIO-DESCRIPTIVO ACERCA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO SOB A ÓTICA DE PERITOS OFICIAIS DE NATUREZA CRIMINAL

Epaminondas Gonzaga Lima Neto

Ana Karla de Souza Abud

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230319>

SOBRE A ORGANIZADORA.....	275
ÍNDICE REMISSIVO.....	276

A INTELIGENCIA ARTIFICIAL COMO AUXILIAR DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA E MONITORAMENTO NO PROGRAMA DE COMPLIANCE

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 12/01/2022

Lara Regina Morais Evangelista

Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos

São Leopoldo – Rio Grande do Sul
<https://orcid.org/0000-0002-2290-2086>
<http://lattes.cnpq.br/7152603477057761>

RESUMO: O presente artigo busca compreender em que medida a Inteligência Artificial pode auxiliar os auditores na execução do pilar Auditoria e Monitoramento, considerando a complexidade do Programa de Compliance. A hipótese inicial da pesquisa leva em consideração que um Programa de Compliance que seja eficiente e completo permeia em vários aspectos da empresa tornando uma tarefa sobre-humana auditar todos esses detalhes, por isso, a Inteligência Artificial, demonstra ser o mecanismo adequado para facilitar essa atividade. O objetivo da pesquisa é justamente compreender os limites do auxílio da Inteligência Artificial, na auditoria e monitoramento da execução do Programa de Compliance. A metodologia que será aplicada será a dedutiva, partindo-se de conceitos e categorias gerais para o tratamento específico do objeto de pesquisa. As técnicas de pesquisa serão compostas pela revisão bibliográfica, nacional e estrangeira, bem como, coleta de dados e documentos que serão submetidos à análise teórica.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria, monitoramento, inteligência artificial.

ARTIFICIAL INTELLIGENCE AS NA ASSISTANT TO THE EXECUTION OF AUDITING AND MONITORING IN THE COMPLIANCE PROGRAM

ABSTRACT: This paper seeks to understand to what extent Artificial Intelligence can help auditors in the execution of the Audit and Monitoring pillar, considering the complexity of the Compliance Program. The initial hypothesis of the research takes into consideration that a Compliance Program that is efficient and complete permeates several aspects of the company making it a superhuman task to audit all these details, therefore, Artificial Intelligence proves to be the appropriate mechanism to facilitate this activity. The objective of the research is precisely to understand the limits of the assistance of Artificial Intelligence in auditing and monitoring the execution of the Compliance Program. The methodology that will be applied will be deductive, starting from general concepts and categories for the specific treatment of the object of research. The research techniques will be composed by the bibliographical review, national and foreign, as well as, the collection of data and documents that will be submitted to the theoretical analysis.

KEYWORDS: Auditing, monitoring, artificial intelligence.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como questão principal a busca pelo entendimento de que a

Inteligência Artificial poderia ser um mecanismo adequado para auxiliar nas atividades de Auditoria e Monitoramento dentro de um Programa de Compliance.

A premissa inicial é de que o Programa de Compliance é complexo, delicado e de suma importância, portanto, deve ser eficiente e completo, sendo que, especificamente no caso de empresas, é necessário que esteja inserido em toda a estrutura da empresa, desde a limpeza até a Alta Administração, e após a sua implantação ainda é necessário a sua manutenção, praticada com várias atividades, dentre elas a auditoria e monitoramento, tornando-se uma atividade impossível de ser praticada com eficiência pelo ser humano, nesse sentido a Inteligência Artificial pode ser uma aliada.

A pesquisa, portanto, tem como propósito conhecer os contornos da Inteligência Artificial como mecanismo auxiliador da atividade de auditoria e monitoramento do Programa de Compliance. Para tanto, no primeiro título apresentará a concepção e evolução do Programa de Compliance, delimitando ao contexto brasileiro, destacando os escândalos de corrupção, em que grandes conglomerados empresariais estavam envolvidos. No segundo título tratará da Inteligência Artificial no ambiente da Quarta Revolução Industrial, enaltecendo as transformações que podem ocorrer nos sistemas cotidianos, inclusive no mundo corporativo. Por fim no terceiro título o artigo demonstrará a Inteligência Artificial inserida no sistema do Programa de Compliance, delimitada ao auxílio da atividade de Auditoria e Monitoramento.

A relevância ocorre porque atualmente o Programa de Compliance é primordial para o bom funcionamento de uma empresa, não só pelos escândalos de corrupção ocorridos no Brasil, mas também por imposição de organismos internacionais, como por exemplo a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Contudo, com a evolução da implantação desse sistema, percebe-se que para a continuidade eficiente de seu desenvolvimento deve contar com algumas atividades específicas, como por exemplo a auditoria e monitoramento, alçando-a à categoria de pilar do Programa de Compliance.

Entretanto, a auditoria e monitoramento deve movimentar por todos os aspectos do Programa de Compliance, o que é uma atividade bastante complicada e árdua, assim uma solução possível seria o auxílio da Inteligência Artificial tão utilizada no contexto da Quarta Revolução Industrial.

A metodologia que será aplicada será a dedutiva, partindo-se de conceitos e categorias gerais para o tratamento específico do objeto de pesquisa. As técnicas de pesquisa serão compostas pela revisão bibliográfica, nacional e estrangeira, bem como, coleta de dados e documentos que serão submetidos à análise teórica.

2 | PROGRAMA DE COMPLIANCE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

2.1 Evolução e desenvolvimento do Programa de Compliance

Gradualmente o termo Programa de Compliance tem se popularizado no contexto social atual, principalmente após a deflagração de operações de combate fraudes e corrupção em geral no mundo corporativo, sendo que no caso brasileiro há o destaque dessas ocorrências em negociações de empresas com o poder público.

Por isso, Compliance não surge no Brasil e nem é algo recente, mesmo que não tenha sido essa a palavra utilizada para denominar os atos praticados em um programa de conformidade. Nos Estados Unidos, por exemplo há quem remonte a origem da ideia ao escândalo *Watergate*, em 1970 que originou o primeiro marco de conformidade legal, com a promulgação pelo Congresso Americano do *Foreign Corrupt Practices Act*.

Contudo, entende-se que o termo decorre do verbo *to comply* em inglês, que na tradução literal para o português é cumprir. Inclusive é essa etimologia que leva ao sinônimo de Program de Compliance que o termo Programa de Integridade ou Programa de Conformidade:

[...] Compliance está ligado a estar em conformidade com as leis e regulamentos internos e externos à organização. E, cada vez mais, o Compliance vai além do simples atendimento à legislação, busca consonância com os princípios da empresa, alcançando à ética, a moral, a honestidade e a transparência, não só na condução dos negócios, mas em todas as atitudes das pessoas. (GIOVANINI, 2014, p. 20)

O sentido geral para tanto é adequar a conduta da empresa a legislação, normas e regulamentos atinentes a sua atividade, indo além ao valorizar também os princípios gerais da ética e moral interno e externo no ambiente que a empresa estiver inserida. (DESTERRO, 2020, p. 58)

As empresas têm utilizado dos Programas de Cumprimentos com o intuito de promover esforços que aliam orientação, divulgação e reforço de normas internas, investigação de irregularidades e informações a Alta Administração sobre o funcionamento ideal de cada setor. (BONACCORSI, 2020, p. 98)

Ao longo da história, organismos internacionais atentaram, exatamente para o detalhe de que a credibilidade e seriedade de uma empresa poderia ser atestada pelo grau de conformidade dela com as normas atinentes de sua atividade, assim como a base em ética e moral. Tanto é verdade que Programas de Compliance tem sido associado como a esperança para o combate à corrupção, em diversos setores da sociedade civil, com enforque nas relações empresariais como o risco de roubo de ativos e fraudes em geral. (SÁ, 2018, p. 156)

Para tanto, a regulamentação em nível internacional inicia pela Convenção Interamericana contra a Corrupção de 1966, promulgada pela Organização dos Estados

Americanos – OEA (OEA, 1966), ratificada no Brasil pelo Decreto nº 4.410/2002 (BRASIL, 2002), pela Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, de 1997 da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE dentre outros.

Mas no Brasil, a preocupação é um pouco tardia e acontece estimulada pela descoberta de escândalos de corrupção no governo, com o envolvimento de empresas e tem como ponto de partida a Lei 12.529/2011 – Lei de Crimes contra a Ordem Econômica (BRASIL, 2011), posteriormente é mencionado na Lei 12.683/2012 (BRASIL, 2012) e por fim na Lei 12.846/2013 – Lei Brasileira Anticorrupção (BRASIL, 2013), que institui a responsabilização objetiva de pessoas jurídicas por atos praticados contra a Administração Pública em geral.

Além da normatização e preocupação com a ética, moral, transparência e outros tantos princípios nesse sentido, após a implantação de Programas de Compliance em grandes empresas, detectou-se que a efetividade estava vinculada ao envolvimento de fato da Alta Administração da corporação, englobando diretores, altos executivos, membros de conselhos, dentre outros responsáveis pela gestão, o que a literatura denomina de *tone at the top* ou *tone from the top*.

E mais ainda, não basta implantar o programa, é necessário que ele faça parte da realidade de uma empresa de modo tão latente que se insira na cultura do local, a fim de fato promover a mudança no comportamento de todos colaboradores, independentemente do nível hierárquico no desempenho de suas funções individuais, seria uma espécie de responsabilidade social para com a empresa. A empresa não investe em Compliance com o intuito de combater fraudes, mas para assegurar que o investimento garanta as tomadas de decisões éticas e se houver irregularidades que a entidade seja poupada da responsabilidade (BONACCORSI, 2020, p. 82)

E um programa de Compliance efetivo, envolve uma série de processos interdependentes que juntos colaboram para o sucesso da elaboração. Esses processos também são didaticamente denominados de pilares do Programa de Compliance, qual sejam: Suporte da Alta Administração; Avaliação de Riscos; Código de Conduta e Políticas de Compliance; Controles Internos; Treinamento e Comunicação; Canais de Denúncia; Investigações Internas; *Due Diligence*; Auditoria e Monitoramento; e Diversidade e Inclusão. (2017) Variando de autores as nomenclaturas ou quantidade de pilares, mas basicamente são esses quem representam cada aspecto de atuação de um Programa de Compliance completo.

Cada um desses pilares desenrola em inúmeras práticas, de forma pormenorizada, tornando a implantação, execução e manutenção de um Programa de Compliance um trabalho bastante complexo.

Destaca-se o pilar da Auditoria e Monitoramento te porque além do estabelecimento de um bom Programa de Compliance, o sucesso dele requer constantes revisões das

políticas e procedimentos o que implica dizer que essa etapa não pode ser leviana, demandando conhecimento e expertise da autoridade que conduz o Programa de Compliance, porque várias são as possibilidades de falhas, desde a falta de efetivas auditorias e monitoramento, passando pelo desrespeito as recomendações dadas pelo Compliance *Officer*, até a ausência de responsabilidade de quem cometa irregularidades. De modo que, a prevenção e cuidado para que não ocorra uma quebra de expectativa no funcionamento do programa permite a sua perpetuidade e manutenção e facilita o alcance do objetivo almejado. (BONACCORSI, 2020, p. 92)

Ademais, é possível que o monitoramento ocorra em duas vertentes, objetiva e subjetiva, sendo a primeira na avaliação dos riscos de ocorrência de infrações internas e investimentos realizados e a segunda em relação a apuração do real engajamento pessoal dos colaboradores ao programa. (SAAD-DINIZ; URBAN, 2021, p. 51)

Por isso, é de suma importância que o Programa de Compliance seja único e adequado à realidade de uma organização em específico, evitando, a estandarização, encaixando-se na real necessidade e valores da empresa em questão. Caso contrário, a empresa terá um programa de fachada que não sairá efetivamente do papel e também terá reduzida a capacidade de engajamento de todos os colaboradores. (SOLTES, 2018, p. 965)

2.2 A inteligência artificial na sociedade da informação

O termo Sociedade da Informação surge em meados dos anos 90 e tem como marco a difusão do acesso à Internet em todo o mundo, porém a concepção inicia-se nos Estados Unidos quando o governo percebe a internet propiciaria alcance global das informações que transporta.

Desse modo, pelo Programa HPCC (*High Performance Computing and Communications*) o governo pretendia, com fins acadêmicos, aprimorar a inclusão de dados nessa grande rede e analisar o comportamento do uso e distribuição desses dados. Avaçando ainda mais, entre 1993 e 1994, impulsionados pelo governo surgiu o projeto NII (*National Information Infrastructure*) que mais tarde foi transformado em GII (*Global Information Infrastructure*), propondo um desafio global ao restante do planeta.

Essas iniciativas recebem o auxílio de várias instituições americanas, mas com braços internacionais, como por exemplo, NSF International – responsável por teste, inspeção e certificação de produtos alimentares -, NASA (*National Aeronautics and Space Administration*), dentre outros, com o intuito de contribuir para a formação da Sociedade da Informação em sentido global, ideia que é avalizada pelos países Europeus que viram a oportunidade de consolidar então a formação do bloco econômico da União Européia. (TAKAHASHI, 2000, P. 107)

Essa abrangência global transformou a sociedade, inicialmente para aqueles que possuem acesso à Internet, sendo possível verificar estreitamento das relações humanas e o desenvolvimento econômico social, educacional, profissional, dentre outros de parte

da sociedade e por outro lado, aqueles que por razões diversas não puderam ainda fazer parte dessa transição, que estão em processo de marginalização, também fazem parte dos objetivos da Sociedade da Informação, porque não estão de toda forma isolados, e mesmo que de forma distante são monitorados por quem detém o controle da Sociedade da Informação, ou seja, de forma voluntária ou não, todos estão hiperconectados, graças ao fluxo de informação alcançado pela Internet e mecanismos a ela relacionados, sendo esse o exato contexto da Quarta Revolução Industrial.

A Quarta Revolução Industrial é marcada pela revolução digital e o fenômeno de tecnologias de caráter disruptivo com visão multifacetada das relações do homem com a natureza e do homem consigo mesmo, ou seja, sua extensão é multidisciplinar. (SCHWAB, 2016, p. 97)

Tudo isto ocorre com muita rapidez, visto que na Primeira Revolução Industrial o tear mecanizado levou 120 (cento e vinte) anos para se espalhar apenas no continente europeu. A internet, por sua vez, se propagou em menos de uma década por todo o mundo, claro que não de forma equânime, mas significativa em todo o mundo.

Mas onde a Quarta Revolução Industrial tocou, as transformações são sentidas exponencialmente:

A escala e o escopo das mudanças explicam por que as rupturas e as inovações atuais são tão significativas. A velocidade da inovação em termos de desenvolvimento e ruptura está mais rápida do que nunca. Os atuais disruptores — Airbnb, Uber, Alibaba e afins — que hoje já são nomes bem familiares, eram relativamente desconhecidos há poucos anos. O onipresente iPhone foi lançado em 2007. Mas, no final de 2015, já existiam cerca de 2 bilhões de smartphones. Em 2010, o Google anunciou seu primeiro carro totalmente autônomo. Esses veículos podem rapidamente se tornar uma realidade comum nas ruas. (SCHWAB, 2016, p. 23)

Outro fator preponderante na Quarta Revolução Industrial é a harmonização entre as diversas áreas da ciência. Indo na obtenção de conhecimento e transmissão dele até a execução do que se sabe.

Dessas tendências tecnológicas ganha destaque a Inteligência Artificial, que:

A inteligência artificial (IA) está em nosso entorno, em carros que pilotam sozinhos, drones, assistentes virtuais e softwares de tradução. Isso está transformando nossas vidas. A IA fez progressos impressionantes, impulsionada pelo aumento exponencial da capacidade de processamento e pela disponibilidade de grandes quantidades de dados, desde softwares usados para descobrir novos medicamentos até algoritmos que preveem nossos interesses culturais. Muitos desses algoritmos aprendem a partir das “migalhas” de dados que deixamos no mundo digital. Isso resulta em novos tipos de “aprendizagem automática” e detecção automatizada que possibilitam robôs “inteligentes” e computadores a se autoprogramar e encontrar as melhores soluções a partir de princípios iniciais. (SCHWAB, 2016, p. 23)

E assim como a tecnologia leva à hiperconectividade das relações humanas, as

tecnologias asseguradas pela Quarta Revolução Industrial também estão interligadas entre si, sendo que no caso da Inteligência Artificial só é possível a sua existência em virtude dos robôs que só possuem capacidade de processamento graças à Inteligência Artificial. (SCHWAB, 2016, p. 26)

A inteligência Artificial tem se apresentado como um mecanismo que auxilia o desempenho da capacidade humana com previsões e novos pontos de vista acerca de um conteúdo em proporção que talvez sozinho o ser humano não alcançaria.

Interferindo também em diversos nichos do sistema empresarial, por intermédio de tecnologias ligadas à computação como armazenamento em nuvens, dispositivos de realidade virtual, sequenciadores genéticos, dentre outros, que na verdade são operados e alimentados pela própria Inteligência Artificial, transformando então o método de tomada de decisões empresariais no mundo físico, o que leva a literatura afirmar que na verdade há a reconstituição do mundo físico.

Na realidade a Inteligencia Artificial transformou a economia, em primeiro lugar automatizando atividades repetitivas, estimulando o avanço do mercado digital e a tendência é que transforme o mercado físico de maneira que as máquinas, principalmente de tecnologia gerada pela robótica, interajam com o ser humano, automatizando também tarefas no mundo físico. (SCHWAB, 2018, P. 115)

Esse desafio é sistêmico, e diz respeito não só relações empresariais em geral, mas também as sinuosidades de cada atividade exercida por uma empresa em particular, dentre elas o Programa de Compliance, que por sua vez possui tarefas capazes de serem automatizadas devido a conectividade de tecnologias e essas tarefas.

2.3 A Inteligencia artificial nas atividades de auditoria e monitoramento do Programa de Compliance

Como a Inteligência Artificial é apresentada como um mecanismo capaz de automatizar e otimizar tarefas de modo que simplificam as atividades de caráter imprescindivelmente humano, tem-se que no caso da pesquisa dado o grau de complexidade de um Programa de Compliance, essa tecnologia poderia ser uma grande aliada, principalmente de forma específica para auditoria e monitoramento.

A Inteligência Artificial, nesse caso, funcionaria como guardiã de bancos de dados coletados por outras atividades do Programa de Compliance, verificando e revisando o cumprimento conforme de normas e princípios relacionados à atividade empresarial em particular.

Essa questão já é realidade porque grandes empresas contratam firmas de auditorias com destaque em todo o mundo, que realizam suas atividades de modo remoto, utilizando de outras tecnologias já citadas como a internet, o armazenamento em nuvens, e outros.

A Inteligência Artificial, no papel da automação tem como proposta garantir a eficiência da auditoria, simplificando as atividades a ela inerentes, de modo que transforma

a execução de atribuições, técnicas e gerenciamento do Programa de Compliance, e até mesmo o exercício da profissão de auditor. (ISSA; SUN; VASARGELYI, 2016)

Mesmo que demande alto investimento, a longo prazo a Inteligência Artificial demonstra ser um redutor dos custos de transação, porque a tecnologia em um mecanismo de garantia da efetividade e qualidade dos trabalhos praticados ao mesmo tempo que ao se afastar da capacidade de julgamento do ser humano, pode também assegurar a ética e a transparência do ambiente corporativo. (PEREIRA; DO NASCIMENTO, 2005, p. 54)

Ademais, a Inteligência Artificial pode se utilizar da técnica de ciência de dados para detecção de fraudes com precisão nos sistemas de rede de uma empresa, uma vez que essa técnica já é amplamente utilizada no sistema financeiro e contábil das empresas, o que minimizaria os riscos pela não conformidade dos atos empresariais mais uma vez pressionaria os auditores a serem personagens na Sociedade da Informação.

Enfim, são prósperos os resultados a serem obtidos pelo pilar da Auditoria e Monitoramento no Programa de Compliance quando aliado à Inteligência Artificial, facilitando a detecção de fraude e condutas ligadas à corrupção, com uma significativa redução de custos da atividade.

3 | CONCLUSÃO

O resultado obtido no presente trabalho é que o Programa de Compliance paulatinamente passa a fazer parte do cenário empresarial comum, com o discurso de combater fraudes e corrupção, graças ao clamor social decorrente de inúmeras condutas nesse sentido, reveladas por escândalos e condutas indecorosas no mundo corporativo.

Assim, o Programa de Compliance seria o recurso que asseguraria as boas práticas empresariais, desde que cada empresa adote um programa adequado a sua realidade e não um modelo pronto pré-determinado que não case com as expectativas de uma organização em particular. Um programa específico e personalidade com a realidade da empresa gera engajamento e sensação de pertencimento dos colaboradores para com os objetivos de conformidade, em todos os seus aspectos, principalmente na revisão de suas tarefas por intermédio da auditoria e monitoramento do cumprimento do Programa de Compliance.

Engatado no contexto da Sociedade da Informação, a atividade de auditoria e monitoramento tem tudo para ser eficiente, porque utilizando-se da inteligência artificial, conectada à internet e uso da robótica, o alcance dos objetivos da auditoria e monitoramento crescem exponencialmente atingindo cada detalhe da atividade empresarial com a propagação de informações e também exigência de conformidade e aplicação de penalidades pela não conformidade.

É uma provocação sistêmica porque a Inteligência Artificial na verdade automatiza as atividades, simplificando o papel do ser humano que vê grande parte das atribuições serem executadas pelas máquinas, porém em contrapartida a empresa lida com as

questões de forma objetiva porque em tese a máquina é despida de julgamentos éticos e morais, executando apenas o que lhe foi previamente determinado, além de promover significativa redução de custos, mesmo que para isso seja necessário alto investimento.

REFERÊNCIAS

BONACCORSI, Matheus Fernandino. Corrupção no âmbito empresarial: evolução histórica dos programas de compliance e seus reflexos atuais sobre as responsabilidades do compliance officer. **Revista Brasileira de Direito Empresarial**, v. 6, n. 2, p. 79-106, 2020. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/direitoempresarial/article/view/7183/pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. Decreto n. 4.410 de 07 de outubro de 2002. Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4410.htm>. Acesso em: 22 jul. 2021.

_____. Lei n. 12.529, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei n. 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei n. 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1º dez. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12529.htm>. Acesso em: 07 ago. 2021

_____. Lei Federal nº 12.683, de 9 de julho de 2012. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Altera a Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12683.htm. Acesso em 28 jul. 2021.

_____. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm>. Acesso em: 5 jul. 2021

DESTERRO, Rodrigo. COMPLIANCE NAS EMPRESAS ESTATAIS: Uma Análise Do Programa de Integridade Da Empresa Maranhense de Administração Portuária. **Revista Brasileira de Direito Empresarial** 6, no. 2. 3 dez. 2020. Disponível em: <doi:10.26668/indexlawjournals/2526-0235/2020.v6i2.7120>. Acesso em 30 jun. 2021.

GIOVANINI, Wagner. **Compliance: excelência na prática**. 1.ª edição – São Paulo: 2014.

[Infográfico] Os 10 pilares de um Programa de Compliance. *In*: Lec – Blog. 17 out. 2017. Disponível em: <<https://lec.com.br/beta2021final/os-10-pilares-de-um-programa-de-compliance/>> Acesso em: 07 ago. 2021.

ISSA, Hussein; SUN, Ting; VASARHELYI, Miklos A. *Research ideas for artificial intelligence in auditing: The formalization of audit and workforce supplementation*. **Journal of Emerging Technologies in Accounting**, v. 13, n. 2, p. 1-20, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.2308/jeta-10511>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

OEA. Convenção Interamericana contra Corrupção. Disponível em: < <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/B-58.htm> >. Acesso em 22 jul. 2021.

PEREIRA, Anísio Cândido; DO NASCIMENTO, Wesley Souza Um estudo sobre a atuação da auditoria interna na detecção de fraudes nas empresas do setor privado no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 7, n. 19, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/947/94771905.pdf>> . Acesso em 07 ago. 2021

SÁ, Ana Luiza de. Fundamento e estrutura dos programas de cumprimento normativo. In: NIETO MARTÍN, Adán et al. (Org.). **Manual de cumprimento normativo e responsabilidade penal das pessoas jurídicas**. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.

SAAD-DINIZ, Eduardo; URBAN, Mariana. Análise Qualitativa sobre a Implementação de Programas de Compliance no Brasil (2014 – 2019). **Revista dos Tribunais**. Vol. 1027/2021, p. 41-65. Mai 2021. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/67723798/SAAD_DINIZ_URBAN_Analise_qualitativa_sobre_os_programas_de_compliance_no_Brasil-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1628376144&Signature=HQr1oQK3L7Qf7Mr2yyMA4MLwjsu8UzD3Xg2nCiqvYhWuhU5GH~7NI-pUrzJV3Rreq-lwtDCLKlqRLj861PwvVCNg9JNBxklcwS5ibVepbrhL33-EKgigSNvEgAkGVaQ4q5pAsibx9RMYLaTqO3V9MZj4XZvgEAsNJgqknc5l-eNKy18T3jcYqYvxH1ul2XzF5Sy5QxheWoyxc8lCf4TduJ4C~mW1eKsotr~NxWU7fclwQgC-kgz~XNlnhIVrdUfLDE1hwdwBITkPln30kOmljHYqSpKCVhri8w8z4Rg2wPvWnOcDbMxJrmqWdZo3SN6klgucQKKV3jE8op9Yuyw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 26 jun. 2021

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. (Trad. Daniela Moreira Miranda). São Paulo: Edipro, 2016.

SCHWAB, Klaus; DAVIS, Nicholas. **Aplicando a Quarta Revolução Industrial**. Edipro. Edição do Kindle, 2018.

SOLTES, Eugene. Evaluating the effectiveness of corporate compliance programs: establishing a model for prosecutors, courts and firms. **NYU Journal of Law & Business**, v. 14, 2018. Disponível em: <<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/nyujolbu14&div=27&id=&page=>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Pag: 107 Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/434>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração de empresas 9, 56, 233

Ambiente de contratação livre de energia 9

Animais 1, 4, 5, 7, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189

Animais domésticos 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188

Atores políticos 173, 174, 175, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

Auditoria 246, 247, 249, 252, 253, 255

B

Bem viver 38, 54

Brasil 3, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 88, 89, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 116, 118, 121, 125, 128, 130, 131, 132, 135, 137, 140, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 155, 160, 161, 163, 164, 168, 171, 172, 175, 187, 188, 192, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 211, 212, 216, 219, 220, 224, 225, 241, 244, 245, 247, 248, 249, 254, 255, 256, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 272

C

Capital humano 59, 60, 61, 62, 70

Cemig 13, 21, 22, 23, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171

Centros urbanos 190, 192, 193, 195, 196, 198, 199, 210

Cidade i-mobilizada 214

Comércio eletrônico 226, 227, 229, 230, 231, 232

Contexto online 226, 227, 229, 230, 231, 232

Contornamento territorial 214, 215, 219, 222

Covid-19 235, 236, 241

Crescimento 1, 3, 4, 5, 6, 7, 53, 62, 63, 68, 69, 71, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 195, 206, 231, 240, 245, 263

D

Desemprego 40, 45, 48, 55, 57, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 111, 239, 240, 241, 243

Desenvolvimento 1, 3, 5, 7, 10, 14, 35, 37, 38, 40, 41, 43, 47, 48, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 103, 121, 137, 146, 147, 168, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 226, 227, 229, 235, 236, 240, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 258, 260, 262, 263, 272, 273, 274

Diversificação 1, 2, 194

E

Economia solidária 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

Eletricitários 162, 167, 170, 171

Emprego 39, 44, 50, 53, 54, 90, 94, 101, 103, 116, 143, 162, 163, 171, 172, 202, 203, 235, 236, 238, 240, 241, 244, 245

Equação estruturada 130

F

Flexibilização trabalhista 88

Fotografia 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 38, 52, 140

Gestão empresarial 71, 120, 127

Gestão energética 9

I

Imaginário social 190, 192, 193, 195, 196, 198, 199, 210, 211

Informação étnico-racial 256, 257, 258, 259, 260

Inovação 52, 62, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 184, 185, 186, 187, 188, 230, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 245, 251, 262, 263, 266, 267, 270, 271, 272, 273, 274

Instrumento 2, 41, 43, 48, 59, 61, 64, 91, 103, 107, 110, 112, 120, 121, 122, 127, 137, 141, 191, 192, 193, 233, 264, 267

Inteligência artificial 236, 242, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 252, 253

J

Judiciário 55, 106, 107, 113, 114, 115, 116, 117

M

Mercado laboral 72, 73, 78, 81, 83, 85, 86

Modo de produção 38, 39, 40, 41, 43, 44, 52, 53, 55, 58

Monitoramento 10, 35, 186, 188, 196, 246, 247, 249, 250, 252, 253

Mototáxi 214, 219, 220, 221, 222, 225

O

Olhar fotográfico 190, 193, 194, 197, 200

P

Pandemia 52, 235, 238, 241, 244
Papel educativo da biblioteca 256
Perícia criminal 262, 263, 272, 274
Planejamento 47, 60, 67, 68, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 133, 148, 188, 260, 263
Plano de negócios 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129
Políticas inovadoras 173, 174, 175
Pós-democracia 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 117
Precarização 90, 111, 116, 158, 162, 163, 165, 171, 172
Previdência social 90, 153, 154, 156, 157, 158
Profesión 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 85, 86

Q

Questionário 122, 129, 131, 137, 138, 140, 141, 179, 209, 262, 264, 273

R

Readaptação/Reabilitação 153, 154, 158, 159, 160
Recessão econômica 88, 90, 95, 101, 102, 103
Redução de custos fixos 9
Reforma trabalhista 88, 89, 95, 97, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119
Regiões 1, 2, 3, 7, 12, 168, 188, 192
Regressão 1, 3, 12
Relato de experiência 190, 197
Remuneração por desempenho 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149
Revolução industrial 235, 236, 237, 238, 242, 244, 247, 251, 252, 255

S

Semi-profesión 72
Sobrecarga de informações 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233

T

Tarifas de energia 9, 13, 15, 31, 36
Terceirização 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172
Trabajador social 72, 73, 74, 76, 81, 85
Trabalhadores 41, 44, 45, 48, 89, 90, 92, 101, 102, 111, 112, 113, 116, 117, 131, 153, 156,

157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 195, 236, 237, 240

Trabalho 1, 2, 3, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 70, 71, 88, 89, 90, 96, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 147, 149, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 184, 187, 188, 196, 197, 198, 200, 201, 205, 208, 209, 210, 211, 215, 216, 220, 221, 224, 228, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 249, 253, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 267, 270, 271, 273, 274

Treinamento 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 205, 249, 267, 273

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

2



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

2

